



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000072024

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1014457-28.2021.8.26.0020/50001, da Comarca de São Paulo, em que é embargante BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, são embargados NICHOLAS BIASIA DE ALMEIDA PIRES e GISAMAR USINAGEM LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram do recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RÉGIS RODRIGUES BONVICINO (Presidente), TAVARES DE ALMEIDA E JORGE TOSTA.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025.

RÉGIS RODRIGUES BONVICINO

Relator

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 15647

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 1014457-28.2021.8.26.0020/50001

EMBARGANTE: Banco Santander (Brasil) S/A

EMBARGADO: Nicholas Biasia de Almeida Pires

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA
ACÓRDÃO QUE DEU PROVIMENTO A RECURSO
DE APELAÇÃO.**

Oposição de dois embargos idênticos contra o mesmo acórdão. Descabimento.

Incidência de preclusão consumativa. Violação ao princípio da unirrecorribilidade das decisões.

Recurso não conhecido.

Trata-se de embargos de declaração opostos contra o v. acórdão a fls. 283/289, que, por votação unânime, deram provimento ao recurso de apelação interposto pelo autor/embargante.

O embargado/requerido, ora embargante, sustenta, em síntese, que o v. acórdão embargado contém contradição, pois não observou os valores bloqueados estavam em conta conjunta, inexistindo prova de que os valores pertenciam exclusivamente ao autor.

O recurso é tempestivo.

É o relatório.

Os embargos de declaração não podem ser conhecidos.

Os presentes embargos são idênticos aos Embargos de Declaração n.º 1014457-28.2021.8.26.0020/50000, opostos anteriormente.

Ocorreu preclusão consumativa, impeditiva do conhecimento do mérito recursal, à luz do princípio da unirrecorribilidade das decisões emanadas do Judiciário, segundo o qual para cada ato judicial recorrível há um único recurso previsto no ordenamento, sendo vedada a interposição simultânea ou cumulativa de mais outro visando a impugnação do mesmo ato judicial.

Anote-se, por fim, que o art. 1.026, § 2º, do CPC estabelece



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

que “*quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa*”. As partes devem se atentar a isso.

Ante o exposto, **não se conhece dos embargos de declaração.**

RÉGIS RODRIGUES BONVICINO
Relator